

## **GLOBALIZAÇÃO NO CAMPO: DESTRUIÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL E MUDANÇAS DE VALORES CULTURAIS – UMA ANÁLISE DA REVISTA A GRANJA**

**Lucas Magno – UFV**  
lucasgeoufv@yahoo.com.br

**Letícia Honório de Melo – UFV**  
leti\_honorio@yahoo.com.br

**Sheila Maria Doula – UFV**  
sheila@ufv.br

Neste trabalho, consideraremos as análises de conteúdo da revista *A GRANJA*, a partir da década de 90, período que o papel das tecnologias de informação e dos meios de comunicação em massa se torna a mola propulsora de articulação entre sociedade, movimentos sociais, problemas políticos, ambientais, culturais, dentre outros que nos cabe contextualizar. Dentro dos nossos objetivos está a observação das razões e dos modos de relacionamento dos movimentos sociais com a imprensa e, da mesma forma, da imprensa com os movimentos sociais. Pretendemos também verificar se a transmissão das informações ligadas ao setor agrário poderiam ser vistas como promovendo a aculturação e destruição sócio-ambiental. Priorizamos a dimensão dos apelos ideológicos, usados pelo capital e pela mídia para conferir validade e aceitabilidade às suas ações, a fim de entender como a globalização e o capitalismo, ao se instalarem no campo, degeneram as relações sócio-culturais pretéritas, incutindo novas simbologias às formas espaciais, através do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2000).

A revista *A GRANJA* criada em Porto Alegre em dezembro de 1944, de cunho agrário, foi uma das primeiras a abordar temas polêmicos como a reforma agrária, transgenia, expansão de monoculturas, agroindústria e demais assuntos advindos do processo de globalização. Usando frequentemente termos depreciativos, a revista enfrenta os movimentos sociais com grande indiferença, recorrendo a uma linguagem quantitativa para dar margem aos fatos, bem como se apropriando de teorias já superadas como o determinismo e o malthusianismo.

A exemplo da edição de maio de 2004, que traz como reportagem de capa o seguinte título: *Os inimigos da agricultura*, sendo esta uma referência ao *MST*<sup>1</sup> e aos *movimentos indígenas*, a revista omite a real situação pela qual o país passa, deixando transparecer apenas uma face da conjuntura nacional. Modernização, produção e tecnologia são conceitos utilizados com uma certa constância, entretanto, de maneira unilateral, sem a sua real abrangência. Este potencial ideológico da linguagem em conseguir dissimular situações pode ser melhor compreendido em FOUCAULT (1987):

---

<sup>1</sup> No final dos anos 70 e início dos anos 80 surge no Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul, um novo movimento contestatório: o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Tendo como principal causa a luta pela terra, o Movimento ganha maior conotação na década de 90 como respostas às políticas neoliberais implantadas no país.

“A suspeita de que a linguagem não diz exatamente o que diz. O sentido que se apreende e que se manifesta de forma imediata, não terá porventura realmente um significado menor que protege e encerra; porém, apesar de tudo transmite outro significado; este seria de cada vez o significado mais importante, o significado que está por baixo”. (FOUCAULT, apud SOUZA; 2005).

Com uma linguagem farta de preconceitos a revista analisa o MST como um empecilho ao desenvolvimento da economia do país e vê a reforma agrária como um problema a ser resolvido por outras vias que não seja a redistribuição de terras. Dessa forma, a revista funciona como um porta-voz dos grandes proprietários rurais, a fim destes fazerem pressão junto à sociedade para que seus interesses sejam mantidos. *“A reforma agrária que o presidente prometeu quando eleito tem de ser feita dentro da lei. O modelo de reforma definido pelo MST é ultrapassado, não deve ser feito porque prega basicamente a distribuição de terra”,* disse o porta-voz da Sociedade Rural Brasileira, em declaração à revista e ainda, *“a terra sozinha não gera renda e produção, pois o assentamento nessas condições de ocupação e desapropriação ficam dependentes do governo. Nosso problema maior não é o acesso à terra, é o desemprego. Isso cria a expectativa de pessoas que não têm vínculo com o MST a engrossar as fileiras do Movimento e esperar receber terra e cesta básica do governo”* (A Granja, maio de 2004).

A veiculação do processo de globalização pela revista se dá por uma única via, sempre de forma positiva e inquestionável, como um meio singular de se obter êxito, encarando a modernização como carro chefe desse processo, mesmo que ela desfavoreça a agricultura familiar e o pequeno agricultor, frases como: *“Lugar de máquina é no campo e não no galpão”* (A Granja, julho de 1994) e *“Cana-de-açúcar: Mecanização é caminho sem volta”* (A Granja, julho de 2004) denotam que existe toda uma ofensiva política e ideológica que expressa novas formas de dominação e exploração. Na concepção geral da revista os “produtores ou empresários rurais” são os reorganizadores dos símbolos e do agir dos dominantes, buscando novas significações do que é ser moderno. No interior desse discurso, encontramos uma noção de competência, que além de elitista e associada diretamente ao monopólio, está baseada nas idéias de capacidade, superioridades individuais, terminando por legitimar a desigualdade e os “incompetentes sociais” como um dado natural. Na visão da revista, ser moderno é produzir e reproduzir em uma sociedade onde as regras estão cada vez mais subordinadas à dinâmica do capital, seguindo os padrões produtivos da agroindústria e as demandas do sistema agro-exportador. Portadora e disseminadora da ideologia empresarial rural, a revista e seus editores não são favoráveis à reforma agrária, pois a vêem como um problema já sanado pelo capital, argumentando que os conceitos ligados à reforma seriam obsoletos e tecnologicamente atrasados (BRUNO; R., 1997). Para analisarmos a matriz ideológica e o alcance midiático da revista A Granja, não devemos perder de vista a forma pela qual a unicidade entre informação, ciência e técnica vem transformando os territórios nacionais. No caso brasileiro, a partir de leis meramente econômicas,

o território toma novas conotações e impõe novos comportamentos graças à circulação e fluidez informacional, que é uma grande aliada da política e de interesses, constituindo o que SANTOS (2000) chamou de avanço da globalização perversa. Conseqüência desse sistema global é a expansão contínua e multifacetada de um modelo de vida ideal, sendo esse o mecanismo para legitimação da aculturação e destruição ambiental, trazendo à sua frente o meio técnico- científico-informacional; essa homogeneização das necessidades do consumo faz parte das tendências que caracterizam o novo ambiente internacional, obtida a partir do exame do fenômeno da globalização (BENKO, 2002). Este início de século representa um momento de profundas transformações, o que implica em um novo modo de pensar a realidade em um cenário cambiante; há uma racionalidade que está sendo imposta como decorrência do desenvolvimento tecnológico, que permite interação entre todos os lugares, o que provocou uma hierarquização do espaço mundial, cujo sentido é dado pela globalização (CARLOS, 2001). Para a sociedade isso significa a imposição de novos padrões de comportamento, novos valores, uma nova estética, transformando tudo isso em um produto de consumo, agregando valor a tudo, inclusive ao próprio espaço geográfico (OLIVEIRA, 1999).

Observamos na revista, como exemplo, o avanço das monoculturas, em especial o da soja, às regiões centro-norte do país, construído simbolicamente e veiculado como um ganho de grande importância para a sociedade como um todo. Depoimentos como: *Técnica e coragem domam o cerrado* (A Granja, abril de 1994) evidenciam que a revista tem contribuído para a legitimação de modelos monocultores em várias partes do país. Em suas reportagens é nítida a preocupação em defender os interesses dos grandes produtores e todo setor ligado às monoculturas. Sabemos que a implementação dessas atividades se faz em detrimento da desapropriação do pequeno produtor, da imposição de novos hábitos alimentares e até mesmo de novas formas de produzir (OLIVEIRA, 1990). No entanto, a revista omite tais fatos e por índices de quantificação constrói certa realidade, na qual a dramática situação agrária do Brasil é mascarada ou silenciada.

“Após a conscientização de que o negócio era investir, as plantações de soja não pararam mais de crescer. Só para se ter uma idéia, em 1979 a área cultivada no Mato Grosso alcançava 70 mil hectares. Hoje, são mais de 2 milhões de hectares apenas com a rica oleaginosa, que deve render cerca de 4,8 milhões de toneladas nesta colheita que inicia. Este volume representa 20% da produção nacional (35% acima da média em termos de produtividade- 2.507 kg/ há) onde apenas o município de Rondonópolis, distante 200 Km de Cuiabá, deve movimentar US\$ 2.7 bilhões.” (A Granja, abril de 1994).

Nesse tipo de abordagem, estritamente econômico, a revista não abre espaço para discutir os impactos sócio-ambientais do alastramento das monoculturas, criando no caso da região centro-

norte do país uma região chamada fictícia<sup>2</sup>, onde a riqueza gerada pela agricultura de exportação teoricamente seria distribuída igualmente entre todos os atores sociais.

Depoimentos defendendo que o problema da fome é a falta de alimentos, ou que o índio traz em seus genes a indolência e a selvageria são colocados nas páginas da revista de forma preconceituosa e artificial, sem a preocupação de se fazer uma abordagem político-social dos fatos. De tal maneira, por meio da linguagem, a revista favorece a alienação de seus leitores uma vez que ignora, por exemplo, que o problema da fome é a má distribuição dos recursos e não a ineficiência na produção dos alimentos. Além disso, a publicação contribui para reforçar o quadro de preconceitos, visto que aquele que se encontra às margens do processo da modernização é considerado inferior em suas habilidades e até mesmo em sua constituição biológica. Na reportagem *Os Playboys (A Granja, julho de 2004)* a revista aponta a existência de dois grupos de playboys latifundiários no país, um formado pelos índios e o outro pelo MST. Nessa matéria, a revista afirma que *“Dizer que o índio não trabalha é uma verdade. Dizer que não faz nada é uma inverdade. Faz, sim. É cúmplice e incentivador passivo do comércio ilegal de madeira, diamantes, ouro, bauxita e de plantas medicinais que os estrangeiros aqui vêm buscar.”* Já com referência ao MST a revista afirma que o movimento *“há dezoito anos vem tentando implantar por meio da agressividade de uma tal de Reforma Agrária que sabidamente não deu certo em nenhum lugar do mundo.”* A reportagem termina conclamando que *“Está na hora da sociedade se dar conta que temos hoje dois imensos latifundiários improdutivos ocupados pelos índios e o MST. Uma Itália e mais duas Alemanhas, sustentadas por quem arrisca, trabalha, enfrenta o desafio do empreendedorismo, dá de comer ao povo brasileiro, exporta, oferecendo superávit nas balanças comerciais do país.”*

O determinismo racial e a negação das demandas dos movimentos sociais aliam-se ao tecnicismo quando a intenção é a justificativa da expansão das fronteiras agrícolas, vendo no meio físico uma oportunidade única e exclusivamente de produção, sem ter preocupações com as externalidades ambientais ou sociais. Discursos de apropriação de domínios morfoclimáticos são transmitidos com um fundo totalmente econômico, preocupados somente com a maior produção, descartando a grande destruição de áreas de preservação ou reservas. A revista enaltece apenas os avanços agrícolas e a lucratividade justificando qualquer meio a ser adotado em nome da importância econômica dos latifúndios para a balança comercial do país. Nas reportagens *O Crescimento Sustentável e Seus exageros (A Granja, janeiro 2002)* e, *Goiás, o Avanço do Mapa Agrícola (A Granja, novembro de 2001)* os discursos são totalmente tecnicistas e quantificados, sendo que esse processo de expansão da racionalidade econômica culmina com uma imensa vontade de globalizar o mundo, traduzindo todas as coisas em códigos racionais, o que impossibilita agir e pensar de acordo com as leis da natureza, da vida e da cultura. LEFF (2001) chama a atenção para este fato:

---

<sup>2</sup> “Por ser cumulativa e persistente a dependência, existem regiões fictícias dentro de cada país ou integração nacional, a serviço dessa dependência” (WETTSTEIN, 1992, p.39). “(...) a essas condições estruturais somam-se circunstâncias conjunturais que influenciam acontecimentos geográficos e geopolíticos da presente década (...)” (WETTSTEIN, 1992, p.40).

“Este processo econômico não só executa externalidades que seu próprio metabolismo econômico não pode absorver, mas, através de seu credo fundamentalista e totalitário, encrava-se no mundo destruindo o ser das coisas (a natureza, a cultura, o ser humano) ao tentar reconvertê-las à sua forma unitária global”. (LEFF, E. 2001, p.254).

Reportagens que se prendem somente em índices, um vocabulário vulgar, descomprometido com as possíveis interpretações que se pode dar ao texto e fotos que enfatizam a alta produtividade e a tecnização do campo são características marcantes da revista A Granja. A revista tem trabalhado para consolidar, no cenário nacional, um modelo de desenvolvimento insustentável e contribui para a dogmatização do grande produtor e para o silenciamento dos problemas fundiários do país. Sempre com uma linguagem agressiva para se referir aos movimentos de cunho reivindicatório, A Granja se mostra a serviço do grande capital e fecha suas páginas às questões que mereciam destaque, ou pelo menos maior consideração, visto que a realidade agrária presente no Brasil está muito aquém do conto de fadas proposto pela revista: modernização, expansão agrícola sem conseqüências devastadoras, recordes de produção, dentre outros.

O fato de a revista ter grande circulação no meio acadêmico, dentre os cursos de ciências agrárias, fragiliza a situação. A possibilidade desses futuros profissionais, até então universitários, adotarem a postura da revista, em relação às questões agrárias do país, é no mínimo preocupante, visto que ela veicula uma imagem do conhecimento científico e da tecnologia sem comprometimento ético-moral com a sociedade.

Concluindo, observamos que a revista difunde informações manejadas para satisfazer seus interesses de construir para o grande produtor a figura de herói nacional e concordamos com FOCAULT (1979), quando ele afirma que *“Toda linguagem é politicamente contaminada”*, pois a revista perpassa informações ligadas ao uso do poder e às ideologias dominantes e retrata uma percepção peculiar e fragmentada da realidade que quer informar.

#### **Referência Bibliográfica:**

A GRANJA. Porto Alegre. Centaurus. n. 546 a 667, abr. 1994 a jul. 2004.

BENKO; Georges. ***Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI***. 3° ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BRUNO; Regina. ***Senhores da terra, senhores da guerra. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil***. 1° Edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2001.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LEEF; E. **A geopolítica da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável: economização do mundo, racionalidade social da natureza**. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista e agricultura**, 3º ed. São Paulo: Ática, 1990.

SANTOS; Milton. **Por uma outra globalização, do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOUZA; Sonia M. R. de; **O MST E A MÍDIA: O FATO E A NOTÍCIA** <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-45.htm>> . Acesso em 15 de agosto de 2005.

WETTSTEIN; G. **Subdesenvolvimento e geografia**, 1º ed. São Paulo: Contexto, 1992.